

LEI MUNICIPAL Nº043/98

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE CARLINDA.

A CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**, Prefeito Municipal Sanciono a seguinte lei.

TITULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Carlinda, de suas autarquias e fundações públicas.

At. 2º Regime jurídico para efeito desta lei, é o conjunto de preceitos de provimento e movimentação, direitos e deveres, proibições e responsabilidades,

dos servidores públicos, estabelecidos com bases nos princípios constitucionais que regem as relações entre o município e seus servidores.

Art. 3º Na aplicação desta lei serão observados, os seguintes conceitos.

I – Servidor é pessoa legalmente investida em cargo público;

II – Cargo público é conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, criado por lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos;

III – Classe é a divisão básica da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical, com os correspondentes níveis de retribuição pecuniárias.

IV – Quadro é o conjunto de cargos e funções pertencentes a estrutura organizacional da administração direta, autárquica e das fundações do município.

1º - As carreiras serão organizadas em classes de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do órgão ou entidade.

Art.4º - Os cargos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma de lei, e são de provimento efetivo ou em comissão.

§ 1º - Os cargos de provimentos efetivo serão organizados e providos em carreira.

§ 2º - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas as atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 5º - A classificação de cargos e funções obedece o plano correspondente, estabelecido em lei.

Art. 6º - É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo os casos previstos em lei.

TITULO II

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição.

CAPITULO I

Do Provimento

Seção

Das Disposições Gerais

Art. 7º - A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público ou de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas em nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, tendo ainda como requisitos básicos:

I – a nacionalidade brasileira ou estrangeira;

II – o gozo dos direitos públicos;

III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V – a idade mínima de dezoito anos;

VI – aptidão física e mental;

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas um percentual não inferior a 5%(cinco por cento) das vagas oferecidas.

Art. 8º - O provimento dos concursos públicos far-se-á mediante ato de autoridade competente de cada poder, do direito superior de Autarquia ou Fundação Pública.

Parágrafo Único – As Autarquias e Fundações Públicas, para proverem os seus cargos, dependem de prévia autorização do Prefeito Municipal .

Art. 9º - A investidura em cargo público ocorrerá com posse.

Art.10º - São formas de provimento de cargo público:

I – Nomeação;

II – promoção;

III- readaptação;

IV – reversão;

V – reintegração;

VI – transferência;

VII – aproveitamento;

VIII – recondução;

Seção II

Da Nomeação

Art. 11 A nomeação far-se-á:

I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento afetivo ou de carreira.

II – em comissão, para cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - A nomeação para o cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas ou títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

§ 2º - Os demais requisitos para o ingresso e desenvolvimento do servidor de carreira, mediante promoção, progresso e ascensão, serão estabelecidos pela lei que fixara diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

Seção III

Do Concurso Público

Art. 12 – O concurso público será de provas, ou de provas e títulos, conforme dispuser o regulamento e as disposições do plano de carreira.

Art . 13 - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização, serão fixadas em edital, que será aplicados conforme normas estabelecidas na lei orgânica do .

Seção IV

Da posse e do Exercício

Art. 14 – Posse é aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenha-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato em nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

§ 2º - A posse, excepcionalmente, poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º - Em se tratando do servidor em licença, ou em outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargos por nomeação.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não correr no prazo previsto no parágrafo 10. deste artigo.

Art. 15 – A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial do Município ou, em sua falta, quem este indicar.

§ 1º - Só poderá ser impossado aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para exercício do cargo

§ 2º - A posse do servidor efetivo que for nomeado para outro cargo, independará de inspeção médica, desde que se encontre em exercício.

Art. 16 – São competentes para dar posse:

I – O Prefeito, aos secretários municipais e demais autoridades que lhe sejam diretamente subordinadas, inclusive os dirigentes de autarquias e fundações públicas.

II – os secretários municipais, aos ocupantes de cargos em comissão e funções do âmbito das respectivas secretarias;

III – os dirigentes de autarquias e fundações aos ocupantes de cargos em comissão de funções e cargos efetivos da respectiva entidade;

IV – o secretário de administração ou titular de outro órgão de atribuições afins, cuja competência esteja expressa no Regimento Interno, aos servidores efetivos.

Art.17 – A autoridade que se der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento, para investidura no cargo.

Art. 18 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo .

Art. 19 – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício de exercício serão registradas no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único – o início do exercício e as alterações que ocorrerem serão comunicadas ao órgão competente, pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o servidor.

Art.20 – Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 21 – O exercício do cargo terá início dentro do prazo de até 30 (trinta dias), contados.

I - da data da posse;

II – da data da publicação oficial do ato, no caso da remoção, readaptação, reintegração, aproveitamento, reversão, redistribuição, transferência e recondução.

§ 1º Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogado por 30 (trinta dias), a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente, devidamente justificados.

§ 2º O exercício de função gratificada dar-se-a no prazo de até 30 (trinta) dias , a partir da publicação do ato de designação.

§3º No caso de remoção, o prazo para exercício de servidor em férias ou licença será contado da data em que retornar ao serviço.

§ 5º O servidor empossado que não entrar em exercício dentro do prazo fixado, será exonerado.

Art.22 A transferência, promoção ou ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que transferir ou ascender o servidor.

Art. 23 Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 24 Salvo os casos previsto nesta lei, o servidor que interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias, consecutivos, ficará sujeito a processo administrativo, com pena de demissão por abandono de cargo.

Seção V

Da freqüência e do horário

Art. 25 A freqüência será apurada por meio de ponto.

§ 1º Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, as entradas e saídas dos servidores.

§ 2º Nos registros de ponto, deverão ser lançados todos os elementos necessários a apuração da freqüência.

Art. 26 È vedado dispensar o servidor do registro de ponto, salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

§ 1º A falta abandonada é considerada, para todos os efeitos, presença ao serviço.

§ 2º Excepcionalmente e apenas para elidir efeitos disciplinares, poderá ser justificado falta ao serviço.

§ 3º O servidor deverá permanecer em serviço durante o horário de trabalho, inclusive nas horas extraordinárias, quando convocada.

§ 4º Nos dias úteis somente por determinação do prefeito poderão deixar de funcionar os serviços públicos ou serem suspensos os seus trabalhos, no todo ou em parte.

Art. 27 Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra lei que estabeleça horário específico.

§ 1º A administração poderá modificar a carga horária prevista no “caput” deste artigo, observado o interesse de serviço.

§ 2º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

Seção VI

Do Estágio Probatório

Art. 28 Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeita a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores;:

I – assiduidade

II – disciplina;

III – capacidade de iniciativa;

IV – produtividade;

V – responsabilidade;

Parágrafo Único – Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade.

Art. 29 O chefe imediato do servidor em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente, 60 (sessenta) dias, antes do término do período, a comissão de avaliação, com relação ao preenchimentos dos requisitos mencionados no artigo anterior e outros de acordo com a natureza e complexidade do cargo.

§ 1º De posse da informação, a comissão de avaliação emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em estágio.

§ 2º Se o parecer for contrario á permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º A comissão de avaliação encaminhará o parecer e a defesa á autoridade municipal competente, que decidirá sobre a exoneração ou a manutenção do servidor.

§ 4º Se a autoridade considerar aconselhável a exoneração do servidor, ser-lhe- a encaminhado a respectivo ato; caso contrario fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 5º A apuração dos requisitos mencionados no Art. 28 deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver possa ser feita antes de findo o período do estágio probatório.

§ Art. 30 Ficará dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público municipal.

Seção VII

Da Estabilidade

Art. 31 O servidor, habilitado em concurso público e empossado em cargo efetivo, adquirirá estabilidade no cargo ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício.

Art. 32 O servidor estável só perderá o cargo.

I - Em virtude de sentença judicial transitada em julgamento;

II – Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Seção VIII

Da Readaptação

Art. 33 Readaptação é investidura do servidor estável, em cargo compatível com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

Parágrafo Único – A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Art. 34 A readaptação será feita a pedido ou “ex-officio” e será processada:

I – quando provisória, mediante ato do secretário de administração, considerando a redução ou atribuição de novos encargos ao servidor, na mesma ou em outra unidade administrativa, respeitada a hierarquia e as funções do seu cargo;

II – quando definitiva, por ato do prefeito, em cargo de carreira de atribuições afins, mediante transferência, observados os requisitos de habilitação exigidos.

Art. 35 Se julgado incapaz para o serviço público, o readptamente será aposentado.

Art. 36 A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor.

Seção IX

Da Reversão

Art. 37 Reversão é o retorno á atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubistentes os determinantes da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á “ex-officio” ou a pedido, no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, atendendo a habilitação profissional do servidor.

§ 2º Encontrando-se provido de cargo em comissão, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga.

Art. 38 Não poderá ocorrer reversão quando o aposentado tiver completado 60 (sessenta) anos de idade.

Seção X

Da Reintegração

Art. 39 Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidez a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todos os direitos e vantagens.

§ 1º Se o cargo estiver provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitamento em outro cargo equivalente.

§ 2º Se o cargo houver sido extinto a reintegração far-se-á em cargo equivalente, respeitada a habilitação profissional, ou, não sendo possível, o servidor ficará em disponibilidade remunerada.

Seção XI

Da Disponibilidade e do aproveitamento

Art. 40 O servidor estável será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 41 O retorno a atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único – o órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 42 O aproveitamento do servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física, mental, por junta médica oficial.

§ 1º Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício de cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art. 43 Será sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§ 1º A hipótese prevista neste artigo, configurará abandono do cargo apurado mediante inquérito na forma desta lei.

§ 2º Nos casos de extinção ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

Seção XII

Da Recondução

Art. 44 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II – reintegração do anterior ocupante;

Parágrafo Único – Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto do Art. 41 desta lei.

CAPITULO II

Da Vacância

Art. 45 A vacância do cargo público decorrerá de:

I – exoneração;

II – demissão;

III- promoção;

IV – transferência;

V – posse em outro cargo;

VI – aposentadoria;

VII – falecimento,

Art. 46 A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou “ex-officio”.

Parágrafo Único – exoneração “ex-officio” será aplicada:

I – quando não satisfeita as condições do estágio probatório;

II – quando tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

III – quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade;

Art. 47 A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I – a juízo da autoridade competente;

II – a pedido do próprio servidor.

Parágrafo Único – O afastamento do servidor da função de direção, chefia e assessoramento dar-se-á:

I – a pedido;

II – mediante dispensa no caso de:

- a) promoção;
- b) cumprimento do prazo exigido para rotatividade na função;
- c) falta de exação no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento.

Art.48 A vaga ocorrerá:

I – Na data da vigência do ato de promoção funcional, transferência, aposentadoria, exoneração ou demissão do ocupante de cargo;

II – na data do falecimento do ocupante do cargo;

III – na data da vigência do ato que criar o cargo ou permitir seu aproveitamento;

IV – imediata aquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;

V- da posse em outro cargo de acumulação proibida.

Art. 49 Quando se tratar de função gratificada, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido, ‘ex-officio” ou por falecimento do ocupante.

CAPITULO III

Da Remoção e da Redistribuição

Seção I

Da Remoção

Art.50 Remoção é deslocamento do servidor, a pedido ou “ex-officio”, com preenchimento de cargo vago, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança da sede.

Art .51 Dar-se-á a remoção de:

I – uma secretaria para outra;

II – uma localidade para outra, dentro do território do Município, no âmbito de cada secretaria.

§ 1º A remoção destina-se a preencher vaga existente na unidade ou localidade vedado seu processamento quando não houver vaga a ser preenchida, exceto no caso de permuta.

§ 2º A remoção por permuta será processada a requerimento de ambos os interessados, com anuência dos respectivos secretários ou dirigentes de órgão, conforme prescrito neste capítulo.

Seção II

Da Redistribuição

Art.52 Redistribuição é movimentação do servidor, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo poder, cujo plano de cargos e vencimentos seja idêntico, observado sempre o interesse da administração.

§ 1º A Redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade até o seu aproveitamento na forma do art.41.

CAPITULO IV

Da substituição

Art. 53 Haverá substituição, nos impedimentos ocasionas ou temporários, dos ocupantes de cargos em comissão de direção superior ou de função gratificada.

Art. 54 A substituição na função gratificada independe de posse e será automática ou dependerá de ato da administração, devendo recair sempre em servidor de quadro.

§ 1º A substituição automática é a estabelecida em lei ou regulamento e processar-se-á independente de ato.

§ 2º Quando depender do ato da Administração, se a substituição for indispensável, o substituto será designado por ato do Prefeito ou do titular da secretaria, conforme o caso.

§ 3º O substituto fará jus à remuneração pelo exercício do cargo em comissão ou função de direta ou chefia, paga na proporção dos dias da efetiva substituição.

§ 4º A substituição remunerada dependerá de ato da autoridade competente para designar, exceto nos casos de substituição previstos em lei ou regulamento.

§ 5º Quando se tratar de detentor de cargo em comissão ou função gratificada, o substituto fará jus somente a diferença de remuneração.

TÍTULO III

Do sistema da carreira

Art. 55 A carreira consolidar-se a forma de progresso e promoção funcional.

CAPITULO 1

Da Progressão Funcional

Art. 56 A progressão Funcional dar-se-á pela passagem de uma referência de vencimento para outra imediatamente superior, na mesma classe, a requerimento do servidor, sempre que completar aniversário de uma posse, condicional entretanto, no nível de produtividade e aperfeiçoamento do concorrente, que será medido através da avaliação de desempenho, a ser regulamentada por Lei.

§ único – poderá ser adotado Lei Especifica para Profissionais do Magistério.

CAPÍTULO II

Da Promoção

Art. 57 A promoção funcional é a passagem para nível imediatamente superior da categoria funcional em que se encontra e se dará na dependência de existir vaga.

Parágrafo único – Somente poderá ser promovido o servidor que tenha dois anos de efetivo exercício no cargo.

CAPITULO III

Da Transferência

Art. 58 Transferência é a movimentação do servidor estável, de um cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação ou de denominação diversa, para o mesmo ou para quadro de pessoal diverso.

§ 1º A transferência para o cargo de denominação diversa dependerá de habilitação do servidor em concurso público e da satisfação de exigência do grau de escolaridade para o exercício do novo cargo.

§ 2º Na transferência para o cargo de igual denominação, de quadro de pessoal diverso, não haverá alteração de classe nem de vencimento.

§ 3º Será permitida a transferência de ocupante de cargo pertencente a quadro em extinção, para quadro de outra entidade, observado o disposto nos parágrafos anteriores.

Ar. 59 A transferência para o cargo de igual denominação de quadro de pessoal diverso, poderá ocorrer “ex-officio” ou a pedido do servidor, observado o interesse do serviço e dependerá, em qualquer hipótese, da existência de vaga.

TITULO IV

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I

DOS DIREITOS

Seção I

Do Vencimento e Da Remuneração

Art. 60 Vencimento é a retribuição pecuária pelo exercício de cargo público, conforme símbolos, classes, níveis e referências e, somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica, observado a iniciativa privativa em cada caso, assegurado a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem substituições de índices.

Art. 61 Remuneração é vencimento de cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§ 1º Os vencimentos dos cargos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 2º É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

§ 3º Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

Art.62 A remuneração dos ocupantes de cargos e funções da administração direta, autárquica e fundacional, pensões e outras espécies remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exercer o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo Único – O vencimento atribuído ao cargo de carreira não pode ser inferior ao salário mínimo.

Art. 63 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório. Observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para investidura;

III – As peculiaridades dos cargos.

Art. 64 O servidor perderá:

I – a remuneração dos dias que faltar ao serviço;

II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausência e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60(sessenta) minutos;

Art. 65 Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º Independente de parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 66 As reposições e indenizações ao Erário Municipal serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte de remuneração ou provento, em valores atualizados.

Art. 67 O servidor em débito com Erário Municipal que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-lo.

Parágrafo Único – A não quitação do débito no prazo previsto implicará na sua inscrição em dívida ativa.

Art.68 o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arrestos, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes da homologação ou decisão judicial.

Seção II

Das Férias

Art.69 O servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser açulados até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso da necessidade de serviço atestada pelo chefe imediato, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º È vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 70 Poderá a Administração municipal conceder férias coletivas, desde que os servidor essenciais sejam mantidos em funcionamento.

Art.71 O servidor que opera direta e permanentemente com raios x e substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente 20 (vinte) dias consecutivos fé férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese a acumulação.

Art. 72 As férias somente poderão ser interrompidas por motivos de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de interesse público.

Art 73 È facultado ao servidor, converter 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, desde que o requeira com pelo menos 30 (dias) de antecedência, observado o interesse da Administração.

§ 1º Independente de solicitação, será pago ao servidor, pôr ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

§ 2º No caso do servidor exercer função de gratificação ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata o parágrafo anterior.

Seção III

Das Licenças e Afastamentos

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 74 Conceder-se-á licença:

I – para tratamento de saúde

II – por motivo de doença em pessoa da família;

III – a gestante;

IV – paternidade;

V – para prestação de serviço militar;

VI – por motivo de acompanhamento do conjugue ou companheiro

VII – para atividade política;

VIII – premio por assiduidade;

IX – para o tratamento de interesse particular;

X – para o exercício de mandato classista

§ 1º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte quatro) meses, salvo os casos dos incisos V, VI, VII e X.

§ 2º A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Art. 75 Terminada a licença, o servidor reassumirá o exercício, salvo nos casos de prorrogação.

Parágrafo Único – O pedido de prorrogação será apresentado antes do findo do prazo de licença. Se indeferido, contar-se-á como licença, sem vencimento, o período compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

Art. 76 A licença médica é concedida pelo prazo indicado no laudo médico.

§ 1º 02 (dois) dias antes de terminado o prazo, haverá nova inspeção e o laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela aposentadoria ou pela readaptação.

§ 2º Se o servidor se apresentar à nova inspeção após a época prevista no parágrafo anterior, caso não se justifique a prorrogação, serão considerados como faltas os dias de ausência ao serviço.

Art. 77 O tempo necessário a inspeção médica será sempre considerada como licença desde que não fique caracterizado a simulação.

Art.78 Quando se verificar, como resultado de inspeção médica pelo órgão competente do Município, ou a quem este indicar, redução de capacidade física do servidor ou estado saúde que possibilite o exercício das funções inerentes ao seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria, nem de licença para o tratamento de saúde, poderá o servidor ser readaptado.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o servidor, submeter-se-á, obrigatoriamente, a inspeção médica, no término do prazo fixado para a readaptação.

§ 2º Readquirida a capacidade física, o servidor retornará as atividades próprias de seu cargo.

§ 3º Por ato do Prefeito, o servidor poderá ser readaptado definitivamente, desde que recomendada esta providencia através da inspeção médica especializada.

Subseção II

Da licença para o tratamento de saúde

Art. 79 A licença para o tratamento de saúde será concedida ao servidor por inspeção médica, realizada pelo órgão próprio do Município ou na sua falta, quem este indicar.

§ 1º Incumbe a chefia imediata facilitar a apresentação do servidor a inspeção médica, sempre que este solicitar.

§ 2º Caso o servidor esteja ausente do Município e absolutamente impossibilitado de locomover-se por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo médico particular circunstanciado, desde que o prazo de licença proposto não ultrapasse 90 (noventa) dias.

§ 3º Caso a licença proposta ultrapasse o prazo estipulado no parágrafo anterior, somente serão aceitos laudos firmados por órgão medico oficial do local onde se encontrar o servidor.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, o laudo somente poderá ser aceito depois de homologado pelo próprio de inspeção medica do município.

§ 5º Caso não justifique a licença, serão considerados como de licença sem vencimento os dias de ausência ao serviço.

Art.80 A licença superior a 90 (noventa) dias dependerá de inspeção realizada por junta medica.

Art. 81 O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica, poderá ser prorrogada.

Parágrafo Único – Expirado o prazo deste artigo, o servidor será submetido a nova inspeção médica e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o serviço publico em geral não puder ser readaptado.

Art.82 Nos processamentos das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art.83 No curso de licença para tratamento de saúde, o servidor abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento, desde o inicio destas atividades e até que reassuma o cargo.

Parágrafo Único – O período compreendido entre a interrupção da licença e a assunção será considerado como licença sem vencimento.

Art. 84 O servidor não poderá recusar-se á inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento do vencimento, até que se realize a inspeção.

Art. 85 Considerado apto em inspeção medica, o servidor reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art.86 No curso de licença, poderá o servidor requerer inspeção medica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 87 Será sempre integral o vencimento e respectivas vantagens do servidor licenciado para tratamento de saúde.

Art. 88 Em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, será mantido integralmente, durante a licença, o vencimento do servidor, correndo ainda por conta do município despesas com o tratamento medico e hospitalar, que será realizado, sempre que possível, em estabelecimento oficial de assistência medica.

§ 1º Considera-se acidente de trabalho todo aquele que se verifique pelo exercício das atribuições de cargo, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação emocional ou doença que ocasione a morte, a perda parcial ou total, permanente ou temporária da capacidade física ou mental para o trabalho.

§ 2º Equipar-se ao acidente no trabalho agressão, quando não provocada, sofrida pelo servidor no serviço ou em razão dele e, a ocorrida no deslocamento para o serviço ou deste para sua residência.

§ 3º Por doença profissional entende-se a que se atribui, como relação de efeito e causa, as condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

§ 4º Nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção realizada pela junta médica oficial, deverá estabelecer, rigorosamente, a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

Subseção III

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 89 Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo da doença de cônjuge ou companheiro, pai ou mãe, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através do acompanhamento social.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 90 (noventa) dias ao ano e, excedendo este prazo, sem remuneração.

Subseção IV

Da licença a gestante e adotante

Art.90 A servidora gestante terá direito, mediante laudo médico, ao aproveitamento em função compatível com seu estado, a contar do 5º (quinto) mês de gestação, sem prejuízo do direito a licença prevista neste artigo.

Art.91 A servidora gestante será concedida licença com vencimento integral, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º A licença poderá ser concedida a partir do início do 8º (oitavo) mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

§ 2º No caso de parto anterior a concessão, o prazo da licença será contado a partir deste evento.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

§ 5º Quando a saúde do recém-nascido exigir assistência especial, será concedida á servidora, pelo prazo necessário e mediante laudo, licença por motivo de doença em pessoa da família, obedecido o Art.89 desta lei.

Art. 92 Para amamentar o próprio filho, até a idade de 06 (seis) meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 01 (uma) hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de 30 (trinta minutos).

Art.93 O servidor que adotar criança até 01 (um) ano de idade, serão concedidas 90 (noventa) dias de licença remunerada.

Parágrafo Único – No caso de adoção de criança com mais de 01(um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

Subseção V

Da licença paternidade

Art. 94 Ao servidor varão será concedida a licença a paternidade de 05(cinco) dias contado da data do parto ou, no caso de adoção, contado até o 5º (quinto) dia da adoção.

Subseção VI

Da licença para o Serviço Militar Obrigatório

Art.95 Ao servidor convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com vencimento integral.

§ 1º A lista será concedida a vista do documento oficial que prova a incorporação.

§ 2º Do vencimento descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar, que implicarão na perda do vencimento.

§ 3º Ao servidor desincorporado conceder-se-á prazo não excedente a 30 (trinta) dias para reassumir o exercício do cargo, sem perda do vencimento.

Art. 96 Ao servidor oficial da reserva das Forças Armadas será concedida a licença com vencimento integral, durante os estágios de serviço militar obrigatório não remunerado, previstos pelos regulamentos militares.

Parágrafo Único – No caso de estágio remunerado, fica-lhe assegurado o direito de opção.

Subseção VII

Da licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro

Art. 97 poderá ser concedida a licença sem vencimento ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, ou para o exercício de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal.

Parágrafo Único – A licença prevista neste artigo será por prazo indeterminado, dependendo do pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado de 02 (dois) em 02 (dois) anos.

Art. 98 Finda a causa de licença, o servidor deverá reassumir o exercício dentro de 30 (trinta) dias, a partir dos quais a sua ausência será computada como falta ao serviço.

Art. 99 O servidor poderá o exercício do seu cargo a qualquer tempo, embora não seja finda a causa da licença, não podendo, neste caso renovar o pedido exato decorrido o prazo previsto no parágrafo único do Art. 97.

Subseção VIII

D a licença para atividade política

Art. 100 O servidor terá direito a licença sem remuneração, durante o período que medir entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1ª O servidor candidato a cargo que exerça cargo de direção chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes a arrecadação ou fiscalização dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser Lei específica.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o 15º (décimo quinto) dia eleição, o servidor fará jus á licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Subseção IX

Da licença-prêmio por assiduidade

Art. 101 Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmios pôr assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pagos meses da licença.

§ 1º Em caso de interrupção do período aquisitivo, por qualquer razão, a contagem do novo quinquênio começara no dia em que o servidor reassumir o exercício.

§ 2º A licença prêmio não pode ser transformada em pecúnia.

Art. 102 Não se concederá licença- premio ao servidor que, no período aquisitivo:

- I- sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- II- afastar –se do cargo em virtude de:
 - a) licença para tratamento em pessoa da família por tempo superior a 90 (noventa) dias;

- b) licença para tratar de interesses particulares;
- c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- d) licença para acompanhamento de conjuge ou parceiro.

III- da concessão de sua licença, a mesma, venha a prejudicar o desempenho do serviço público.

Parágrafo Único – As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01 (um) mês para cada falta.

Art.103 Ficará a critério da Administração o numero de servidores de um mesmo órgão ou entidade em gozo simultâneo da licença-prêmio.

Art.104 Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, será contado em dobro o tempo de licença-prêmio que o servidor não tiver gozado.

Subseção X

Da licença para tratar de interesse particular

Art. 105 A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

Art. 106 Ao ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, não se concederá, nesta qualidade, licença para tratar de interesse particular.

Subseção XI

Da licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art.107 È assegurado ao servidor efetivo o direito a licença para o desempenho de mandato de cargo de diretoria em confederação, federação, associação de classe ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem prejuízo de vencimentos e vantagens do cargo efetivo, obedecidos as prerrogativas incisos X, art.74 desta lei.

§ 1º Somente poderão ser licenças 02 (dois) servidores por entidade prevalecendo os que ocuparem os cargos hierarquicamente superiores.

§ 2º A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez .

§ 3º O período em que o servidor permanecer afastado para o desempenho do mandato classista, será computada para todos os efeitos.

Subseção XII

Do Afastamento para Servir em Outro Órgão ou Entidade

Art. 108 O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- a) para exercício de cargo em comissão, ou função de confiança
- b) nos casos previstos em lei específica.

Seção IV

Das Concessões

Art.109 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por um dia, para doação de sangue;

II- até um dia, para se alistar como eleitor;

III – até 08 (oito) dias por motivo de:

- a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos.

IV- durante o período em que estiver servindo ao tribunal do Júri.

Art. 110 Será concedido horário especial a estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, poder-se-á exigir a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 111 Ao servidor licenciado para tratamento de saúde, que necessite ser deslocado do Município para outro ponto do território nacional, para fins de internamento ou exame específico, por determinação médica, poderá ser concedido transporte á conta dos cofres municipais, inclusive para um acompanhamento.

Seção V

Do tempo de serviço

Art.112 A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo único – Na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade, uma vez feita a conversão, a fração superior a 182 (cento e oitenta e dois) dias será considerada um ano.

Art.113 Os dias de efetivo de exercício serão apurados a vista de documentação própria que comprove a frequência.

Art. 114 Admitir-se-á como documentação própria comprobatória de tempo de serviço:

I - Certidão circunstanciada, firmada por autoridade competente, contendo todos os eventos registrados nos assentados funcionais interessado, período por período;

II – certidão de frequência;

III – justificação judicial, nos casos de impossibilidade de outros meios de provas, desde que presente o Procurador do Município.

Art. 115 Sera considerado como de efetivo exercício o afastamento por motivo de:

I – férias;

II – casamento e luto, até 05 (cinco) dias;

III – exercício de outro cargo ou função de governo de provimento em comissão ou em substituição, no serviço publico municipal, estadual inclusive

autarquias e ou federal, fundações públicas, desde que autorizados pelo Prefeito, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens;

IV – licença-premio por assiduidade;

V – licença a gestante

VI – licença paternidade;

VII – licença para tratamento de saúde;

VIII – licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que não excedam 90 (noventa) dias;

IX - acidente em serviço ou doença profissional;

X – doença de notificação compulsória;

XI – comissão oficial;

XII – estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, desde que nos interesse da Administração e não ultrapasse 12 (doze) meses;

XIII – prestação de provas ou exame em curso regular ou em concurso público;

XIV – recolhimento á prisão se absolvido no final ;

XV – suspensão preventiva, se absolvido no final;

XVI – convocação para o serviço militar ou encargo de segurança nacional, serviço eleitoral, júri e outros serviços obrigatório por Lei;

XVII – trânsito para ter exercício em nova unidade de trabalho desde que fora da sede do Município ;

XVIII – falta por motivo de doença comprovada, inclusive em pessoa da família, até o máximo de 039 (três) durante o mês;

XIX- candidatura a cargo eletivo, durante o lapso de tempo entre registro eleitoral e até o 15º (décimo quinto) dia após a eleição;

XX - mandato legislativo, federal ou estadual:

XXI – mandato de Prefeito e Vice- prefeito;

XXII – mandato classista;

XXIII –mandato de vereador, quando não existir compatibilidade de horário entre o seu exercício e o do cargo público.

Art. 116 Contar-se á penas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I – o tempo de serviço público prestado a União, Estado e outros Municípios ;

II – a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, até 90 (noventa) dias;

III – a licença para atividade política, no caso do Art.100, “caput”;

IV – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal;

V – o tempo de serviço em atividade privada, vinculado a previdência social, devidamente observado em certidão oficial;

VI – em dobro o tempo de licença – prêmio não gozada;

VIII – o tempo de serviço militar prestado as forças Armadas, durante a paz computando-se em dobro o tempo de operações de guerra.

§ 1º O tempo em que o servidor esteve aposentado ou em disponibilidade será apenas contado para nova aposentadoria ou disponibilidade.

§ 2º É verdade a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidade dos poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Seção VI

Da Previdência e da Assistência

Art.117 Os servidores municipais contribuirão, para o custeio, em seu benefício, de sistema próprio de previdência, na forma prevista em lei.

Seção VII

Da Aposentadoria

Art. 118 O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em Lei, e proporcionais nos demais casos;

II – Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntário

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;

b) Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e 25 (vinte cinco) anos, se professora, com proventos integrais;

c) Aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) Aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem e aos 60 (sessenta) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Considerado doenças graves, contagiosas e incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de parkinson , paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave estado avançado do mal de Paguet (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS), e outras que a Lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2º No caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, o tempo para aposentadoria de que trata o inciso III, “ a” e “ c” poderá ser reduzido observando-se o disposto em Lei específica.

Art. 119 A aposentadoria compulsória é automática e será declarada por ato com vigência na data em que o servidor atingir a idade limite.

120 A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ I A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24(vinte quatro) meses.

§ 2 Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir, o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3 O lapso de tempo compreendido entre o termino da licença a publicação da ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação de licença.

Art. 121 Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifique a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 122 Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, na forma prevista nesta Lei.

Seção VIII

Da Pensão Por Morte

Art. 123 Aos dependentes de servidor falecido, é assegurada pensão mensal por morte correspondente á totalidade dos vencimentos ou proventos, mais vantagens percebidas em caráter permanente, por ocasião do óbito.

Seção IX

Do Direito da Petição

Art. 124 È assegurado ao servidor o direito de petição, em sua plenitude, assim como o de representar.

§ 1º O requerimento será dirigido a autoridade competente para decidir ou se for o caso, encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 2º Cabe pedido de reconsideração, a autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 3º O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os parágrafos anteriores, salvo os casos que necessitem de diligências ou estudos especiais, deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos em 30 (trinta) dias.

Art. 125 Caberá recurso

I – do indeferimento do pedido de reconsideração.

II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art.126 O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30(trinta) dias a contar da publicação ou ciência pelo interessado, da decisão recorrida.

Art.127 O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão a data do ato impugnante.

Art.128 A representação será apreciada sempre, pelo Prefeito Municipal.

Art. 129 O direito da petição prescreve.

I – em cinco (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem o interesse patrimonial e créditos resultantes das realces de trabalho;

II – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo Único – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da ciência pelo interessado, quando o ato não for publica.

Art. 130 O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo Único – Interrompida a prescrição, o prazo recomeçara a ser contado, pelo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 131 A prescrição é de ordem publica, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 132 Para o exercício de direito de petição é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 133 A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art.134 São fatais e improrrogáveis os prazos e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior.

CAPITULO II

Das Vantagens

Art.135 Além do Vencimento, poderão ser pagas ao servidor seguintes vantagens :

I - indenização;

II – auxílios pecuniários;

III – gratificações e adicionais

§ 1º As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

§ 2º As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados nesta lei.

Art. 136 As vantagens pecuniárias não serão computadas e nem acumuladas para efeitos de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I

Das Indenizações

Art. 137 Constituem indenizações ao servidor:

I – ajuda de custo

II – diárias

III – transporte

Subseção I

Da ajuda de Custo

Art.138 A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas do servidor que, no interesse do serviço, for deslocado do município, por prazo certo.

Art. 139 Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude do mandato eletivo.

Art.140 A ajuda de custo ao servidor, não pode exceder a importância correspondente a 03 (três) meses de seu vencimento de base.

Art. 141 Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, ajuda de custo será paga pelo cessionário.

Art. 142 Não será devida ajuda de custo, quando se tratar de mudança de sede ou domicílio, a pedido do servidor.

Art. 143 O servidor ficara obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar para as funções, ou ainda, pedir exoneração antes de completar 90 (noventa) dias de exercício para onde foi designado.

Parágrafo único – Não haverá obrigação de restituir, no caso de exoneração “ex-officio” ou quando o retorno for determinado pela Administração.

Subseção II

Das Diárias

Art.144 O servidor que, tiver que afastar da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do Estado ou do País, fará jus a passagem e diárias, para cobrir as despesas de pousada e alimentação.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§ 2º Não poderão ser pagas mais de 15 (quinze) diárias no mês, por servidor

Art. 145 O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, ficara obrigado a reconstituí-las integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – Nas hipóteses de o servidor retornar a sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, em igual prazo referido no “caput” deste artigo.

Subseção III

Do transporte

Art.146 Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força de atribuições próprias do cargo, conforme regulamento.

§ 1º somente fará jus a indenização de transporte, pelo seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviços externos durante, pelo menos 20(vinte) dias.

§ 2º Se o numero de dias em serviço externo for inferior ao previsto no parágrafo anterior, a indenização será devida na proporção de 1/20 (um vinte avos) por dia de realização de serviço.

Seção II

Dos Auxílios Pecuniários

Art. 147 Serão concedidas ao servidor ou a sua família os seguintes auxílios pecuniários:

I – auxilio alimentação

II – auxilio transporte e

III – salário família

Subseção I

Da Auxilio Alimentação

Art. 148 O auxílio-alimentação será devido ao servidor ativo em determinadas situações de exercício na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Subseção II

Do Auxílio-Transporte

Art. 149 O auxílio-transporte será devido ao servidor ativo nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, na forma estabelecida em regulamento e, exclusivamente, em transporte coletivo.

Subseção III

Do Salário-Família

Art.150 O Salário-família é devido por dependente do servidor ativo ou inativo, que viva em sua companhia ou as suas expensas.

§ 1º São dependentes do servidor, para efeito deste artigo os filhos de qualquer condições, inclusive os adotivos ou enteados, menores de 14 (quatorze) anos ou, de qualquer idade, se inválidos;

§ 2º Pelo filho invalido, o Salário-família será pago em dobro

Art. 151 Quando o pai e a mãe forem servidores, o Salário-Família será concedido:

I - ao pai, se viverem em comum;

II – ao que tiver os dependentes sob a sua guarda, se separados.

III – a ambos de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 152 Em caso de falecimento do servidor, o Salário-Família será pago diretamente ao responsável ou representante legal do dependente.

Parágrafo Único – No caso de o servidor falecido não se haver habilitado ao recebimento do Salário-Família, este poderá ser concedido e pago aos dependentes, observado o disposto neste artigo.

Art. 153 Não será devido o Salário-Família quando o dependente for contribuinte da Previdência Social, exercer atividade remunerada ou perceber pensão, inclusive alimentícia, ou tiver outro rendimento em importância igual ou superior ao salário mínimo vigente.

Art. 154 O Salário-Família não está sujeito a qualquer imposto, desconto ou contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Art. 155 O valor do Salário-Família será igual a 5% (cinco por cento) do valor de referência vigente no município, devendo ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento.

Seção III

Das Gratificações e Adicionais

Art. 156 Além do vencimento e das pastagens previstas nesta lei, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais.

I – gratificação pelo exercício de função de direção, chefia, assessoramento ou assistência.

II – gratificação natalina.

III – adicional por tempo de serviço.

IV – adicional pela prestação de serviço extraordinário.

V –adicional de férias.

VI – adicional noturno.

VII – adicional de produtividade.

VIII- adicional de produtividade fiscal.

Subseção I

Da Gratificação Natalina

Art.157 A gratificação natalina, que equivale ao 13º (décimo terceiro) salário previsto na Constituição Federal, correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.

Parágrafo Único – A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 158 a gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art.159 o servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

Art. 160 A gratificação natalina não será considerada para o calculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art.161 O adicional por tempo de tempo de serviço é devido ao servidor, na base de 1% (hum por cento) do vencimento, por ano de efetivo exercício, até o maximo de 50% (cinquenta por cento).

§ 1º O adicional por tempo de serviço é devido a partir do dia imediato aquele em que o servidor fizer aniversario de sua posse.

§ 2º quando ocorrer aproveitamento ou reversão, serão considerados os anos anteriormente atingidos, bem como a fração do ano interrompido retomando-se a contagem a partir do novo exercício.

§ 3º O adicional previsto neste artigo é devido, nas mesmas base4s e condições, aos aposentados e disponíveis que tenham contemplado, na atividade, o tempo de serviço necessário a sua percepção.

Subseção III

Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 162 O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal de trabalho.

Art.163 Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporários, respeitado o limite Maximo de 02 (duas) horas por jornada.

Art.164 Ao ocupante do cargo em comissão ou função gratificada, não será devido o adicional previsto no artigo anterior que, também não poderá ser percebido, cumulativamente, com outros previstos em lei ou regulamento.

Subseção IV

Do Adicional de Férias

Art. 165 Independente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias juntamente com o pagamento do mês

Subseção V

Do Adicional Noturno

Art.166 O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22(vinte e duas) horas de um dia e 05(cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52 (cinqüenta e dois minutos) e 30 (trinta segundos).

Parágrafo Único – Em se tratando de serviço extraordinário o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no Art.169, deste Estatuto.

TITULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I

DOS DEVERES

Art. 167 São deveres do servidor:

I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II – ser leal a instituição que servir;

III – observar as normas legais e regulamentares;

IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamentos ilegais;

V – atender com presteza;

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) às expedições de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI – levar ao conhecimento de autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.

VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

VIII – guardar sigilo sobre assuntos da repartição ;

IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X – ser assíduo e pontual ao serviço;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

XII- representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

Parágrafo Único- A representação de que trata o inciso XII, será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual for formulada, assegurando-se ao representante ampla defesa.

CAPITULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 168 Ao servidor público é proibido

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem previa autorização do chefe imediato.

II – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

III – deixar de prestar declarações em processos administrativa disciplinar, quando regularmente intimado;

IV – retirar,sem previa ausência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

V – recusar fé a documentos públicos;

VI – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

VII – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição, ou tornar-se solidário com ela;

VIII – referir-se de modo depreciativo ou desrespeito as autoridades publicas ou aos atos do Poder Publico, mediante manifestação escrita ou oral;

IX – cometer a pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

X – compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação ou associação profissional ou sindical, ou partido político;

XII- valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função publica;

XII – participar de gerencia ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comercio e, nessa qualidade, transacionar com o município;

XIV – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições publicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistências de parentes ate segundo grau.

XV – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVI – praticar usura, sob qualquer de suas formas no âmbito do serviço publico ou fora dele;

XVII – proceder de forma desidiosa;

XVIII – cometer o outro servidor atribuições estranhas as do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitória;

XX – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art. 169 Será aplicada a pena de demissão dos incisos XII a XX, referidos no artigo anterior.

CAPITULO III

DA ACUMULAÇÃO

Art. 170 Reservados os casos previstos na constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, observado em qualquer caso, o disposto no Art. 62.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Acumulação de cargos, ainda que licita, condicionada á comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, em turnos completos, fixados em razão de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

Art. 171 O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular licitamente 02 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão ficara afastado de ambos os cargos de carreira e percebera sua remuneração nos termos da lei especifica.

Parágrafo Único – O afastamento previsto neste artigo ocorrera apenas em relação a um dos cargos, se houver compatibilidade de horários.

Art. 172 Não se compreende na proibição de acumular, a percepção conjunta de:

I – proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis;

II – vencimento, remuneração ou proventos com pensão de qualquer natureza.

Art. 173 A proibição de acumular proventos não implica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário.

Art.174 Sem prejuízos de proventos, poderá o aposentado perceber gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva.

Art 175 O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança nem participar, remuneradamente, de mais um órgão de deliberação coletiva

Art. 176 Verificado, mediante processo administrativo, que o servidor esta acumulando de má fé fora das condições previstas neste Estatuto, será ele demitido de todos os cargos e funções, e obrigado a restituir o que houver recebido ilicitamente.

§ 1º Provado a boa fé, o servidor será mantido no cargo ou função pela qual optar.

§ 2º Não fará jus a gratificação prevista neste artigo o servidor cedido ou a disposição de um outro órgão ou entidade, exceto os cargos de nomeação exclusiva do Prefeito ou no exercício de função de confiança no âmbito da própria secretaria.

CAPITULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 177 O Servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 178 A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º Nos casos de indenização a Fazenda Municipal, o servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada de numerário nos prazos legais.

§ 2º Ressalvados os casos do parágrafo anterior, a indenização de prejuízos causados ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista no Art. 67

§ 3º Tratando-se de dano causado a terceiros, por dolo ou culpa, e indenização pelo Município, responderá o serviço perante a Fazenda pública em ação regressiva.

§ 4º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.

Art. 179 – A responsabilidade administrativa penal abrange os crimes e contravenções imputados ou servidor, nessa qualidade.

Art. 180 As responsabilidades administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art.181 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, assim como as respectivas instancias.

Parágrafo Único – A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

CAPITULO V

DAS PENALIDADES

Art. 182 São penalidades disciplinares:

I – advertência

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria

V – destituição de cargo em comissão;

Art. 183 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos dela provierem para o serviço publico, as circunstancias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art.184 A pena de advertência será aplicada por escrito, nos casos previstos no Art. 168 e de inobservância ao dever funcional previsto em lei.

Art. 185 A pena de suspensão será aplicado em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

§ 1º O servidor suspenso, durante o período da pena, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício de cargo.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 3º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias, o servidor que, injustamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Art. 186 A penalidade de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos, respectivamente, de efetivo exercício, se não for praticada nova infração disciplinar.

Parágrafo Único – O cancelamento da penalidade não surtira efeito retroativo.

I – crime contra a Administração Pública

II – abandono de cargo;

III – inassiduidade habitual;

IV – improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa;

VI – insubordinação grave em serviço;

VII – ofensa física em serviço, a serviço ou a particular , salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiro público;

IX – revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos e funções públicas;

XIII – transgressão do Art. 168, inciso XII a XX;

XIV ineficiência no exercício do cargo;

§ 1º A pena de demissão prevista no inciso I será aplicada em decorrência de sentença judicial com trânsito em julgado.

§ 2º Considera-se abandono de cargo, o não comparecimento do servidor por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ao serviço, sem justa causa.

§ 3º Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 4º A pena de demissão por ineficiência no serviço, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação do servidor.

Art. 188 A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior se de boa fé acarreta a demissão de um dos cargos ou funções, dando-se o prazo de 15 (quinze) dias ao servidor, para opção.

§ 1º Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido indevidamente dos cofres públicos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sendo, um dos cargos ou função exercido na União, Estados, distrito Federal ou outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde ocorra a acumulação.

Art. 189 A demissão nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 187, implica na indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 200 A demissão por infrigência ao Art. 168, Incisos XII e XIV, incompatibiliza a ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

Art. 201 Não poderá retornar ao serviço Público Municipal o servidor que for demitido por infrigência ao Art. 187, incisos I, IV, VII, X e XI.

Art. 202 Atendida a gravidade da falta, a pena de demissão poderá ser aplicada como nota pública “a bem do serviço público”, a qual constará, obrigatoriamente, do ato demissório.

Art. 203 Será cassada a disponibilidade do servidor que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

Art. 204 O ato da imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 205 As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Prefeito Municipal;

- a) em caso de demissão e cassação de disponibilidade ou aposentadoria
- b) quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo;

II – pelo secretaria a suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III – pelo chefe imediato nos casos de advertência e suspensão de até 30 (trinta) dias;

Art. 206 A ação disciplinar descrevera;

I – em 05 (cinco) anos, quanto as infrações puníveis com demissão, cassação, de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – em 02 (dois) anos, quanto a suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto a advertência;

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido;

§ 2º Os prazos de prescrições previstos na lei penal aplicam-se as infrações disciplinares capituladas também como crime;

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TITULO VI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPITULO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 207 O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo.

Parágrafo Único – As disposições deste titulo aplicam-se a qualquer cargo compreendido no Quadro Permanente, Suplementar ou Provisório do Município, de suas Autarquias e Fundações.

Art. 208 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço publico é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 209 As denuncias sobre as irregularidades serão objetos de apuração, desde que contenha a identificação e o endereço do denunciante e sejam formulados por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único – Quando o fato narrado não configurar a infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 210 – O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, que indicara dentre eles, o seu presidente.

§ 1º A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar da comissão de sindicância ou de inquérito administrativo, parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º A comissão instalara os respectivos trabalhos dentro de 05 (cinco) dias da data da publicação do ato de sua constituição.

Art.211 A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário a elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Art. 212 Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicara o fato ao Ministério Público.

Art. 213 Os órgãos e entidades municipais, sob pena de responsabilidade de seus titulares, atenderão com presteza as solicitações da comissão

processante, inclusive quanto a requisição de técnicos e peritos, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, em caso de força maior.

Art. 214 – quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame pericial, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Parágrafo Único – a autoridade julgadora não ficará adstrita ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Art. 215 – sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria, ou, destruição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração do inquérito administrativo disciplinar.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 216 – como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração de irregularidade, a autoridade instadora do inquérito sempre que julgar necessário poderá ordenar o seu afastamento do cargo pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º - o afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º - em caso de aplicação de penalidade de suspensão, será computado o afastamento preventivo do servidor.

Art. 217 – é assegurada a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos do período de afastamento por suspensão preventiva, bem como da percepção da diferença de vencimentos e vantagens, devidamente corrigida, quando reconhecida a inocência do servidor ou a penalidade imposta se limitar a repreensão ou multa.

CAPÍTULO III

DA SINDICÂNCIA

Art. 218 – a sindicância, como meio sumário de verificação, será promovida:

I – como preliminar de inquérito administrativo disciplinar

II – quando não obrigatória a instauração desde logo, de inquérito administrativo disciplinar.

Parágrafo Único – a sindicância será conduzida por uma comissão composta de 03 (três) servidores estáveis designados pela autoridade que deu posse ao sindicato, indicando dentre eles seu presidente.

Art. 219 – a comissão incumbida da sindicância, de imediato procederá as seguintes diligências:

I – inquirição das testemunhas para esclarecimentos dos fatos referidos no ato de instauração e depoimento do sindicato, se houver permitindo a este, a juntada de documentos e indicação de provas.

II – intimação do sindicato, quando concluída a fase probatória para querendo no prazo de 05 (cinco) dias oferecer defesa escrita.

Art. 220 – comprovada a existência ou inexistência de irregularidades, a comissão dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua constituição, apresentará relatório de caráter expositivo, contendo exclusivamente os elementos fáticos colhidos, abstendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico e encaminhará o processo a autoridade instauradora para:

I – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

II – abertura de inquérito administrativo;

III – arquivamento do processo;

Parágrafo Único – o prazo referido no “capiut” deste artigo, poderá ser prorrogado por igual período.

CAPÍTULO IV

DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

Das disposições gerais

Art. 221 – o inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 222 – o relatório de sindicância integrará inquérito administrativo, como peça informativa da instrução do processo.

Art. 223 – o prazo para a conclusão do inquérito não excederá a 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º - a comissão de inquérito será composta de 03 (três) membros designados pela autoridade que deu posse ao indiciado, e indicará dentre eles seu presidente.

§ 2º - sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega final do relatório.

§ 3º - as reuniões da comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas e terão caráter reservado.

Art. 224 – a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo quando necessário a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 22 5 – quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá a autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único – o incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal após expedição do laudo pericial.

Seção II

Dos atos e termos processuais

Art. 226 – a citação do servidor acusado será feita pessoalmente por mandado expedido pelo presidente da comissão ao qual se anexará cópia dos documentos existentes para que o mesmo tome conhecimento dos motivos do processo disciplinar.

Parágrafo único – não sendo encontrado o acusado ou ignorado o seu paradeiro, a citação far-se-á por edital, publicado 03 (três) vezes na imprensa local ou regional, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da última publicação.

Art. 227 – o acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão, o lugar onde poderá ser encontrado.

Art 228 – no caso de recusa do acusado em exarar o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa será contado da data declarada em termo próprio,

pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Art 229 – feita a citação e não comparecendo o acusado, prosseguir-se-á o processo a sua revelia.

Parágrafo único – a revelia será declarada por tempo nos autos do processo.

Art 230 – as testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o “ciente” dos interessados ser anexada aos autos.

§ 1º - se a testemunha for servidor público a exposição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe de repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

§ 2º - quando for desconhecido o paradeiro de alguma testemunha, o presidente solicitará as repartições competentes, informações necessárias a sua notificação.

Art 231 – no dia apurado, será ouvido o denunciante, se houver, e na mesma audiência interrogado o acusado que dentro do prazo de 10 (dez) dias, apresentará defesa prévia e o rol de testemunhas, até limite de 05 (cinco), as quais serão notificadas.

§ 1º - no caso de mais de um acusado, cada um será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º - respeitando o limite mencionado no “caput” deste artigo, poderá o acusado durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º - havendo 02 (dois) ou mais indicados, o prazo comum será de 20 (vinte dias).

§ 4º - o prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

Art 232 – no mesmo dia da audiência inicial, se possível, e nos dias subsequentes, tomar-se-á o depoimento das testemunhas apresentadas pelo denunciante ou arroladas pela comissão, e a seguir o das testemunhas nomeadas pelo acusado.

§ 1º - o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.

§ 2º - as testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 3º - na hipótese de depoimentos contraditórios, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art 233 – a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, obedecendo os termos dos artigos 200 e 206 do Código De Processo Penal.

§ 1º - ao servidor público que se recusar a depor sem justa causa, será aplicada a sanção cabível pela autoridade competente.

§ 2º - quando pessoa estranha ao serviço público se recusar a depor perante a comissão, o presidente solicitará a autoridade policial a providência cabível, a fim de ser ouvida na polícia.

§ 3º - na hipótese do parágrafo anterior, o presidente encaminhará a autoridade policial, deduzidas por itens a matéria do fato sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 4º - o servidor que tiver que depor como testemunha em processo disciplinar, fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação pertinente.

Art. 234 – como ato preliminar, ou no decorrer do processo, poderá o presidente representar junto a autoridade competente, solicitando a suspensão preventiva do acusado.

Art. 235 – durante o transcorrer do processo, o presidente poderá ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único – caso seja necessário o concurso de técnicos e peritos oficiais, os requisitará a autoridade competente, observado, quanto a eles, os impedimentos contidos neste LEI.

Art. 236 – o presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único – será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independe de conhecimento pericial do perito.

Seção III

Da defesa

Art. 237 – durante o transcorrer da instrução é assegurada a intervenção do acusado ou de seu defensor, constituído ou nomeado pela comissão.

§ 1º - o defensor constituído ou nomeado no interrogatório, somente será admitido no exercício da defesa se for advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º - em caso de revelia, o presidente da comissão designará “ex-officio”, um servidor que deverá ser advogado inscrito na forma prevista no parágrafo anterior, para promover a defesa.

§ 3º - o defensor do acusado quando designado pelo presidente da comissão, não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, sob pena de responsabilidade.

§ 4º não havendo servidor advogado, o presidente da comissão solicitará ao prefeito providencias para a contratação de defensor para o servidor acusado.

§ 5º - a falta de comparecimento do defensor, ainda que motivada, não determinará o adiamento da instrução, devendo o presidente da comissão nomear defensor “ad hoc” para a audiência previamente designada.

Art. 238 – as diligencias externas poderão ser acompanhadas pelo servidor acusado e seu defensor.

Art. 239 – encerrada a instrução, será dentro 05 (cinco) dias, dada vista do processo ao acusado ou seu defensor, para as razões de defesa, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Art. 240 – positivada a alienação mental do servidor acusado, será o processo, quanto a este, imediatamente encerrado, providenciadas as medidas médicas e administrativas cabíveis, lavrando-se termo circunstanciado, prosseguindo o processo em relação aos demais acusados, se houverem.

Art. 241 – se nas razões de defesa, for argüida a alienação mental, e como prova for requerido o exame médico do acusado, a comissão autorizará a perícia e , após a juntada do laudo se positivo, procederá na forma do disposto no artigo anterior.

Art. 242 – apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - o relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou a responsabilidade do servidor.

§ 2º - reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 243 – o processo disciplinar como o relatório da comissão, será remetido a autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.

Seção IV

Do Julgamento

Art. 244 – no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - a decisão deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar.

§ 2º - a autoridade julgadora decidirá a vista dos fatos apurados pela comissão não ficando vinculada às conclusões do relatório.

Art. 245 – verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial e ordenará a constituição de outra comissão para apurar os fatos articulados no processo.

§ 1º quando a autoridade julgadora entender que os fatos não foram devidamente apurados, determinará o reexame do processo na forma prevista neste artigo.

§ 2º - o julgamento do processo fora do prazo legal não implicará na sua nulidade.

§ 3º - a autoridade julgadora que der causa a prescrição será responsabilizada na forma prevista em LEI.

Art. 246 – extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor acusado.

Art. 247 – quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério público para instauração de ação penal, ficando traslado na repartição.

Art. 248 – o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado do cargo a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO POR ABANDONO DE CARGO

Art. 249 – no caso de abandono de cargo ou função, instaurado o processo e feita a citação na forma prevista no capítulo IV, Seção II deste Título, comparecendo o acusado e tomadas as suas declarações, terá ele o prazo de 10 (dez) dias para oferecer ou requerer a produção da prova, que só poderá versar sobre força maior ou coação ilegal.

Parágrafo único – não comparecendo o acusado ou encontrando-se em lugar incerto e não sabido, a comissão fará publicar na imprensa local ou regional, por 03 (três) vezes, o edital de chamamento com prazo de 10 (dez) dias após a última publicação.

Art. 250 – simultaneamente com a publicação dos editais, a comissão deverá:

I – requisitar o histórico funcional e frequência do acusado;

II – diligenciar a fim de localizar o acusado;

III – ouvir o chefe da divisão administrativa ou órgão equivalente a que pertencer o servidor;

IV – solicitar aos órgãos competentes os antecedentes médicos, informando, especialmente do estado mental do acusado faltoso.

Art. 251 – não atendidos os editais de citação, será o servidor declarado revel e ser-lhe-á nomeado um defensor na forma do art. 237 e seus parágrafos desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 252 – o processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou “ex-officio” quando:

I – a decisão recorrida for contrária a texto expreso em Lei ou a evidencia doas autos;

II – após a decisão, surgirem novas provas da inocência do punido ou de circunstancias que autorizem o abrandamento da pena aplicada.

III – quando a decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

§ 1º - em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - no caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - os pedidos que não se enquadrarem nos casos contidos no elenco deste artigo, serão indeferidos, desde logo, pela autoridade competente.

Art. 253 – o pedido de revisão será interposto perante a autoridade que aplicou a pena, cabendo ao requerente o ônus da prova.

Art. 254 – a revisão que não poderá agravar a pena já imposta, processar-se-á em apenso ao processo originário.

Art. 255 – não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.

Art. 256 – a simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos e ainda não apreciados no processo disciplinar.

Art. 257 – o requerimento de revisão do processo será dirigido ao prefeito municipal que determinará a constituição de comissão, na forma do Art. 210 desta lei.

Parágrafo único – será impedido de funcionar na revisão quem houver composto a comissão de processo disciplinar.

Art. 258 – a comissão revisora terá 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 259 – aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão de inquérito.

Art. 260 – o julgamento caberá ao prefeito municipal.

§ 1º - o prazo para julgamento será de 15 dias , contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligencias.

§ 2º - concluídas as diligencias, será renovado o prazo para julgamento.

Art. 261 – julgada procedente a revisão, será declarada em efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação a destituição de cargo em comissão, hipótese em que ocorrerá apenas a conversão da penalidade em exoneração.

TÍTULO VII

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 262 – para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante Lei Municipal que disciplinará tais contratações.

Art. 263 – consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I – programas ou campanhas por natureza temporária, na área de saúde pública, assistência social, educação ou esporte.

II – atender as situações de comoção interna ou calamidade pública.

III – substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro.

IV – permitir execução de serviço profissional de notória especialização nas áreas de pesquisa científica e tecnológica.

V – implantação de serviço urgente e inadiável.

VI – consecução de convenio, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestações de serviços.

VII – saída de servidores, mediante afastamento, aposentadoria, demissão voluntária ou outra causa, cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços.

Art. 264 – é vedado o desvio de função de servidor contratado na forma deste Título, bem como sua recontração, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 265 – nas contratações por tempo determinado, serão observados os valores de vencimentos dos planos de carreira do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso IV, do art. 263, quando serão observados os valores do mercado de trabalho.

TÍTULO VIII

Das disposições finais e Transitórias

Art. 266 – o dia do servidor publico será comemorado a 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 267 – poderão ser instituídos os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira.

I – prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favorecem o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais.

II – concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito e condecoração.

Art. 268 – os prazos previstos nesta Lei serão contados por dias corridos.

§ 1º - salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

§ 2º - os prazos somente começam a correr a partir do 1º (primeiro) dia útil após a citação, intimação ou notificação.

Art. 269 – para efeito desta Lei, considera-se sede do servidor a localidade em que se situa a repartição onde tenha exercício em caráter permanente.

Art. 270 – é assegurado ao servidor público o direito a livre associação sindical, e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrente:

- a) de ser representado, inclusive como substituto processual.
- b) da inamovibilidade do dirigente sindical, até 06 (seis) meses após o final do mandato, exceto se a pedido.
- c) De descontar em folha sem ônus para entidade sindical, o valor das mensalidades e contribuições definidas em Assembléia Geral da categoria, sob autorização do servidor.

Art. 271 – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei específica, assegurada, sempre, o funcionamento dos serviços essenciais.

Art. 272 – por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 273 – o tempo de serviço público prestado ao município, sob qualquer regime será contado integralmente para fins de adicional por tempo de serviço.

Art. 274 – os servidores não estáveis do quadro de pessoal atual serão mantidos até a realização do concurso e provimento na forma deste estatuto.

Art. 275 – ficam submetidos ao regime instituído por esta Lei, todos os servidores pertencentes ao quadro municipal.

Art. 276 – é assegurado o prazo de 02 (dois) anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o Parágrafo único do art. 28 desta lei.

Art. 277 – o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo, dentro de 90 (noventa) dias a contar da promulgação desta, mensagem contendo Projeto de Lei que disporá sobre a instituição do Conselho de Política de Administração e remuneração de pessoal, nos termos do Art. 39 da Constituição Federal.

Art. 278 – esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – MT

Em 28 de Outubro de 1998.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL